



Compras BR Portal de Licitações

Ata de Realização da Compra Direta Eletrônica

Dados da Compra Direta			
Nº Processo 125/2025	Nº Compra Direta 43/2025	Data/Hora início envio de propostas 06/10/2025 - 08:00	Data/Hora de fim do envio de propostas 09/10/2025 - 08:59
Órgão Prefeitura Municipal de Guairaçá - PR - PMG-PR			Amparo legal Lei 14.133/2021, Art. 75, II
Critério Julgamento Menor Preço		Diferença Mínima entre Lances Valor (R\$) 0,10	
Objeto AQUISIÇÃO DE CABOS PARA EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO DE SEGURANÇA ELETRÔNICA E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SEDE ADMINISTRATIVA, PARQUINHOS E ALGUNS SETORES DA PREFEITURA QUE NECESSITA DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA..			

Sequência: 1

Descrição: Conector RJ45 CAT5e SohoPlus (blindado, metálico)

Valor Estimado: R\$ 11,08

Valor Arrematado: R\$ 9,99 (09,83% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	25/09/2025 - 15:46:44	Às 15:46:44 do dia 25 do mês setembro do ano de 2025, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 43/2025, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 06/10/2025 às 08:00:00.
SISTEMA	06/10/2025 - 08:00:00	Às 08:00:00 do dia 6 do mês outubro do ano de 2025, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 43/2025
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:05:07	Valor da proposta inicial do AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ /CPF 47544876000162 é de R\$ 11,08
		Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS.; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de


Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:05:07	Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br ; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:05:50	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 cancelou a proposta no valor de R\$ 11,08
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:05:50	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 cancelou o envio dos documentos.
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:06:18	Valor da proposta inicial do AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ /CPF 47544876000162 é de R\$ 11,08
		Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452,



Compras BR Portal de Licitações

AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:06:18	de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br ; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cíveis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:18:15	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 cancelou a proposta no valor de R\$ 11,08
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:18:16	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 cancelou o envio dos documentos.
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:18:55	Valor da proposta inicial do AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ /CPF 47544876000162 é de R\$ 11,08
		Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais



Compras BR Portal de Licitações

AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:18:55	da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME	08/10/2025 - 17:05:23	Valor da proposta inicial do IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME CPNJ/CPF 27353801000197 é de R\$ 9,99
		Fornecedor IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME CPNJ/CPF 27353801000197 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.3 Prova de contrato de compartilhamento de infraestrutura com a companhia de iluminação pública local ou empresa detentora dos postes a serem utilizados para a locação e execução da infra de fibra óptica para o atendimento do objeto deste procedimento licitatório, PARA O LOTE 06.; 8.4.2 Autorização da empresa junto à ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), para prestar os serviços especializados de SCM – Serviço de Comunicação Multimídia (Licença SCM expedida pela Anatel, em nome da empresa participante), PARA O LOTE 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME	08/10/2025 - 17:05:23	proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.;; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br ; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
SISTEMA	09/10/2025 - 08:59:00	Iniciada etapa de Abertura de Lances
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	09/10/2025 - 13:45:16	O valor do lance do AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 é de R\$ 10,00
SISTEMA	09/10/2025 - 14:59:00	Iniciada etapa de Análise do Resultado
COMPRADOR	09/10/2025 - 15:13:35	Adjudicado 1 no valor de R\$ 9,99 para o fornecedor IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME CPNJ/CPF 27353801000197
COMPRADOR	09/10/2025 - 15:13:39	Adjudicado 1 no valor de R\$ 9,99 para o fornecedor IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME CPNJ/CPF 27353801000197
COMPRADOR	09/10/2025 - 15:13:40	Adjudicado 1 no valor de R\$ 9,99 para o fornecedor IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME CPNJ/CPF 27353801000197
COMPRADOR	09/10/2025 - 15:13:41	Adjudicado 1 no valor de R\$ 9,99 para o fornecedor IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME CPNJ/CPF 27353801000197
COMPRADOR	09/10/2025 - 15:13:42	Adjudicado 1 no valor de R\$ 9,99 para o fornecedor IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME CPNJ/CPF 27353801000197
SISTEMA	09/10/2025 - 15:14:18	Às 15:14:18 do dia 9 do mês outubro do ano de 2025, a Compra Direta de número: 43/2025, alterou sua situação para encerrada.

Sequência: 2

Descrição: Cabo Coaxial Bipolar 4mm 2x26awg Branco Fast Cam Fc67cbr, 100m.



Compras BR Portal de Licitações

-
-
-

Valor Estimado: R\$ 399,66

Valor Arrematado: R\$ 384,00 (03,91% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	25/09/2025 - 15:46:44	Às 15:46:44 do dia 25 do mês setembro do ano de 2025, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 43/2025, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 06/10/2025 às 08:00:00.
SISTEMA	06/10/2025 - 08:00:00	Às 08:00:00 do dia 6 do mês outubro do ano de 2025, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 43/2025
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:05:07	Valor da proposta inicial do AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ /CPF 47544876000162 é de R\$ 399,66
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:05:07	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitante possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas



Compras BR Portal de Licitações

		da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas "e" e "f", caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:05:50	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 cancelou a proposta no valor de R\$ 399,66
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:05:50	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 cancelou o envio dos documentos.
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:06:18	Valor da proposta inicial do AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ /CPF 47544876000162 é de R\$ 399,66
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:06:18	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.



Compras BR Portal de Licitações

		portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cíveis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas "e" e "f", caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:18:15	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 cancelou a proposta no valor de R\$ 399,66
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:18:16	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 cancelou o envio dos documentos.
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:18:55	Valor da proposta inicial do AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ /CPF 47544876000162 é de R\$ 399,66
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:18:55	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo



Compras BR Portal de Licitações

		da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br ; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cíveis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME	08/10/2025 - 17:05:23	Valor da proposta inicial do IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME CPNJ/CPF 27353801000197 é de R\$ 384,00
IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME	08/10/2025 - 17:05:23	Fornecedor IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME CPNJ/CPF 27353801000197 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.3 Prova de contrato de compartilhamento de infraestrutura com a companhia de iluminação pública local ou empresa detentora dos postes a serem utilizados para a locação e execução da infra de fibra óptica para o atendimento do objeto deste procedimento licitatório, PARA O LOTE 06.; 8.4.2 Autorização da empresa junto à ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), para prestar os serviços especializados de SCM – Serviço de Comunicação Multimídia (Licença SCM expedida pela Anatel, em nome da empresa participante), PARA O LOTE 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

		Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br ; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cíveis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
SISTEMA	09/10/2025 - 08:59:00	Iniciada etapa de Abertura de Lances
SISTEMA	09/10/2025 - 14:59:00	Iniciada etapa de Análise do Resultado
COMPRADOR	09/10/2025 - 15:13:51	Adjudicado 2 no valor de R\$ 384,00 para o fornecedor IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME CPNJ/CPF 27353801000197
SISTEMA	09/10/2025 - 15:14:18	Às 15:14:18 do dia 9 do mês outubro do ano de 2025, a Compra Direta de número: 43/2025, alterou sua situação para encerrada.

Sequência: 3

Descrição: Mão de obra: passagem de cabos opticos, cabos de rede, instalação e configuração de câmera IP.

Valor Estimado: R\$ 60,30

Valor Arrematado: R\$ 55,00 (08,78% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	25/09/2025 - 15:46:44	Às 15:46:44 do dia 25 do mês setembro do ano de 2025, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 43/2025, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 06/10/2025 às 08:00:00.
SISTEMA	06/10/2025 - 08:00:00	Às 08:00:00 do dia 6 do mês outubro do ano de 2025, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 43/2025
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:05:07	Valor da proposta inicial do AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ /CPF 47544876000162 é de R\$ 60,30
		Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o



Compras BR Portal de Licitações

·
·
·

AC POWER SOLUÇÕES
ELÉTRICAS LTDA

08/10/2025 - 16:05:07

fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t

AC POWER SOLUÇÕES
ELÉTRICAS LTDA

08/10/2025 - 16:05:50

Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CNPJ/CPF 47544876000162 cancelou a proposta no valor de R\$ 60,30

AC POWER SOLUÇÕES
ELÉTRICAS LTDA

08/10/2025 - 16:05:50

Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CNPJ/CPF 47544876000162 cancelou o envio dos documentos.

AC POWER SOLUÇÕES
ELÉTRICAS LTDA

08/10/2025 - 16:06:18

Valor da proposta inicial do AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CNPJ /CPF 47544876000162 é de R\$ 60,30

Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CNPJ/CPF 47544876000162 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o



Compras BR Portal de Licitações

AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:06:18	objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:18:15	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CNPJ/CPF 47544876000162 cancelou a proposta no valor de R\$ 60,30
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:18:16	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CNPJ/CPF 47544876000162 cancelou o envio dos documentos.
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:18:55	Valor da proposta inicial do AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CNPJ /CPF 47544876000162 é de R\$ 60,30
		Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CNPJ/CPF 47544876000162 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e



Compras BR Portal de Licitações

AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA

08/10/2025 - 16:18:55

06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).;

8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.;

8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS.;

8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS.;

8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL.;

8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL.;

8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS.;

8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).;

8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cíveis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t

IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME

08/10/2025 - 17:05:23

Valor da proposta inicial do IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME CPNJ/CPF 27353801000197 é de R\$ 55,00

Fornecedor IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME CPNJ/CPF 27353801000197 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.;

8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.3 Prova de contrato de compartilhamento de infraestrutura com a companhia de iluminação pública local ou empresa detentora dos postes a serem utilizados para a locação e execução da infra de fibra óptica para o atendimento



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME	08/10/2025 - 17:05:23	do objeto deste procedimento licitatório, PARA O LOTE 06.; 8.4.2 Autorização da empresa junto à ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), para prestar os serviços especializados de SCM – Serviço de Comunicação Multimídia (Licença SCM expedida pela Anatel, em nome da empresa participante), PARA O LOTE 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS.; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS.; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL.; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL.; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS.; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
SISTEMA	09/10/2025 - 08:59:00	Iniciada etapa de Abertura de Lances
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	09/10/2025 - 09:05:27	O valor do lance do AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 é de R\$ 58,00
SISTEMA	09/10/2025 - 14:59:00	Iniciada etapa de Análise do Resultado
COMPRADOR	09/10/2025 - 15:13:57	Adjudicado 3 no valor de R\$ 55,00 para o fornecedor IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME CPNJ/CPF 27353801000197
SISTEMA	09/10/2025 - 15:14:18	Às 15:14:18 do dia 9 do mês outubro do ano de 2025, a Compra Direta de número: 43/2025, alterou sua situação para encerrada.



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

Descrição: Mão de obra: Manutenção de Cameras IP, NVR.
Valor Estimado: R\$ 60,30
Valor Arrematado: R\$ 55,00 (08,78% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	25/09/2025 - 15:46:44	Às 15:46:44 do dia 25 do mês setembro do ano de 2025, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 43/2025, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 06/10/2025 às 08:00:00.
SISTEMA	06/10/2025 - 08:00:00	Às 08:00:00 do dia 6 do mês outubro do ano de 2025, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 43/2025
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:05:07	Valor da proposta inicial do AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ /CPF 47544876000162 é de R\$ 60,30
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:05:07	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br ; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente



Compras BR Portal de Licitações

		arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas "e" e "f", caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:05:50	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 cancelou a proposta no valor de R\$ 60,30
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:05:50	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 cancelou o envio dos documentos.
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:06:18	Valor da proposta inicial do AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ /CPF 47544876000162 é de R\$ 60,30
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:06:18	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitante possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS.; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS.; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL.; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL.; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS.; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

		aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas "e" e "f", caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:18:15	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 cancelou a proposta no valor de R\$ 60,30
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:18:16	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 cancelou o envio dos documentos.
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:18:55	Valor da proposta inicial do AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ /CPF 47544876000162 é de R\$ 60,30
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:18:55	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1



Compras BR Portal de Licitações

		Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME	08/10/2025 - 17:05:23	Valor da proposta inicial do IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME CPNJ/CPF 27353801000197 é de R\$ 55,00
IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME	08/10/2025 - 17:05:23	Fornecedor IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME CPNJ/CPF 27353801000197 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.3 Prova de contrato de compartilhamento de infraestrutura com a companhia de iluminação pública local ou empresa detentora dos postes a serem utilizados para a locação e execução da infra de fibra óptica para o atendimento do objeto deste procedimento licitatório, PARA O LOTE 06.; 8.4.2 Autorização da empresa junto à ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), para prestar os serviços especializados de SCM – Serviço de Comunicação Multimídia (Licença SCM expedida pela Anatel, em nome da empresa participante), PARA O LOTE 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitante possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

		nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
SISTEMA	09/10/2025 - 08:59:00	Iniciada etapa de Abertura de Lances
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	09/10/2025 - 09:05:47	O valor do lance do AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 é de R\$ 58,00
SISTEMA	09/10/2025 - 14:59:00	Iniciada etapa de Análise do Resultado
COMPRADOR	09/10/2025 - 15:14:01	Adjudicado 4 no valor de R\$ 55,00 para o fornecedor IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME CPNJ/CPF 27353801000197
SISTEMA	09/10/2025 - 15:14:18	Às 15:14:18 do dia 9 do mês outubro do ano de 2025, a Compra Direta de número: 43/2025, alterou sua situação para encerrada.

Sequência: 5
Descrição: Mão de obra: Manutenção de Camera CFTV.
Valor Estimado: R\$ 58,33
Valor Arrematado: R\$ 45,00 (22,85% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	25/09/2025 - 15:46:44	Às 15:46:44 do dia 25 do mês setembro do ano de 2025, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 43/2025, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 06/10/2025 às 08:00:00.
SISTEMA	06/10/2025 - 08:00:00	Às 08:00:00 do dia 6 do mês outubro do ano de 2025, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 43/2025
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:05:07	Valor da proposta inicial do AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ /CPF 47544876000162 é de R\$ 58,33
		Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES,03,04,05 e 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou



Compras BR Portal de Licitações

AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:05:07	está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS.; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS.; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL.; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL.; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS.; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cíveis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:05:50	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 cancelou a proposta no valor de R\$ 58,33
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:05:50	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 cancelou o envio dos documentos.
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:06:18	Valor da proposta inicial do AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ /CPF 47544876000162 é de R\$ 58,33
		Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum.; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos

Compras BR Portal de Licitações

AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:06:18	Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES,03,04,05 e 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cíveis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:18:15	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 cancelou a proposta no valor de R\$ 58,33
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:18:16	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 cancelou o envio dos documentos.
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:18:55	Valor da proposta inicial do AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ /CPF 47544876000162 é de R\$ 58,33
		Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou



Compras BR Portal de Licitações

AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:18:55	Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES,03,04,05 e 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME	08/10/2025 - 17:05:23	Valor da proposta inicial do IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME CPNJ/CPF 27353801000197 é de R\$ 45,00
		Fornecedor IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME CPNJ/CPF 27353801000197 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos



Compras BR Portal de Licitações

IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME	08/10/2025 - 17:05:23	Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES,03,04,05 e 06.; 8.4.3 Prova de contrato de compartilhamento de infraestrutura com a companhia de iluminação pública local ou empresa detentora dos postes a serem utilizados para a locação e execução da infra de fibra óptica para o atendimento do objeto deste procedimento licitatório, PARA O LOTE 06.; 8.4.2 Autorização da empresa junto à ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), para prestar os serviços especializados de SCM – Serviço de Comunicação Multimídia (Licença SCM expedida pela Anatel, em nome da empresa participante), PARA O LOTE 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS.; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS.; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL.; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL.; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS.; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
SISTEMA	09/10/2025 - 08:59:00	Iniciada etapa de Abertura de Lances
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	09/10/2025 - 09:06:04	O valor do lance do AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 é de R\$ 58,00
SISTEMA	09/10/2025 - 14:59:00	Iniciada etapa de Análise do Resultado
COMPRADOR	09/10/2025 - 15:14:10	Adjudicado 5 no valor de R\$ 45,00 para o fornecedor IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME CPNJ/CPF 27353801000197
SISTEMA	09/10/2025 - 15:14:18	Às 15:14:18 do dia 9 do mês outubro do ano de 2025, a Compra Direta de número: 43/2025, alterou sua situação para encerrada.



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

Sequência: 6

Descrição: SERVIÇO DE TRANSPORTE DE IMAGENS DE CAMERAS DE SEGURANÇA, EM AMBIENTE OUTDOOR, VLAN L2L, BILATERAL, GPON com 1.000 mbps entre o local da camera e a Prefeitura Municipal, rede 100% em fibra optica, com funcionamento em horário integral 24 horas por dia, 7 dias por semana, com garantia de disponibilidade mínima de 99,95%. Quantidade de 10 pontos.

Valor Estimado: R\$ 118,30

Valor Arrematado: R\$ 99,90 (15,55% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	25/09/2025 - 15:46:44	Às 15:46:44 do dia 25 do mês setembro do ano de 2025, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 43/2025, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 06/10/2025 às 08:00:00.
SISTEMA	06/10/2025 - 08:00:00	Às 08:00:00 do dia 6 do mês outubro do ano de 2025, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 43/2025
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:05:07	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS.; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS.; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL.; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL.; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS.; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.



Compras BR Portal de Licitações

		portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas "e" e "f", caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:05:50	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 cancelou o envio dos documentos.
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:06:18	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitante possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

		da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas "e" e "f", caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:18:16	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 cancelou o envio dos documentos.
AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	08/10/2025 - 16:18:55	Fornecedor AC POWER SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA CPNJ/CPF 47544876000162 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto



Compras BR Portal de Licitações

		ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas "e" e "f", caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME	08/10/2025 - 17:05:23	Valor da proposta inicial do IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME CPNJ/CPF 27353801000197 é de R\$ 99,90
IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME	08/10/2025 - 17:05:23	Fornecedor IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME CPNJ/CPF 27353801000197 enviou os documentos: 8.5.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.4.6 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; ; 8.4.5 Certidão de registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.4 Certidão de registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro de seu prazo de validade, PARA OS LOTES, 03,04,05 e 06.; 8.4.3 Prova de contrato de compartilhamento de infraestrutura com a companhia de iluminação pública local ou empresa detentora dos postes a serem utilizados para a locação e execução da infra de fibra óptica para o atendimento do objeto deste procedimento licitatório, PARA O LOTE 06.; 8.4.2 Autorização da empresa junto à ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), para prestar os serviços especializados de SCM – Serviço de Comunicação Multimídia (Licença SCM expedida pela Anatel, em nome da empresa participante), PARA O LOTE 06.; 8.4.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes; (Obs: Atestado que comprovem o fornecimento de materiais e Atestado que comprovem a execução dos serviços).; 8.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

		arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas "e" e "f", caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
SISTEMA	09/10/2025 - 08:59:00	Iniciada etapa de Abertura de Lances
SISTEMA	09/10/2025 - 14:59:00	Iniciada etapa de Análise do Resultado
COMPRADOR	09/10/2025 - 15:14:06	Adjudicado 6 no valor de R\$ 99,90 para o fornecedor IFIBER TELECOMUNICACOES LTDA ME CPNJ/CPF 27353801000197
SISTEMA	09/10/2025 - 15:14:18	Às 15:14:18 do dia 9 do mês outubro do ano de 2025, a Compra Direta de número: 43/2025, alterou sua situação para encerrada.

Equipe	
José Carlos Amadeu Junior Agente de Contratação	José Carlos Amadeu Junior Membro de equipe